

JORNAL DO BRASIL

Rolagem da dívida vai a plenário

BRÁSILIA — As lideranças dos partidos na Câmara não chegaram ontem a um acordo em torno da proposta do governo de rolagem da dívida dos estados e a questão será decidida no voto, hoje, em plenário. Os representantes do PT e do PSDB, que lideram uma eclética aliança contrária à proposta da rolagem, na qual se incluem o PDS, o PST e o PL, retiraram-se da mesa de negociações e passaram a traçar, noite adentro, uma estratégia para obstruir a votação. Caso não tenham êxito, eles tentarão aprovar um substitutivo destinado a minimizar os ônus da proposta para o Tesouro Nacional.

O projeto do governo prevê a rolagem, em condições extremamente favoráveis, de uma dívida vencida de estados e municípios da ordem de US\$ 57 bilhões. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, governados pelo PMDB, PDT e PRS, lideram o **ranking** dos inadimplentes. Com a rolagem, a União absorve a dívida, que seria reprogramada em prazos mais elásticos e em condições bastante favoráveis. "Trata-se de mais um estelionato eleitoral e uma injustiça contra os estados que, à custa de sacrifício, honraram seus compromissos", resumiu o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), ao abandonar a reunião.

O PT e o PSDB propõem que a dívida mobiliária estadual, estimada em US\$ 10 bilhões, seja trocada por papéis federais com os mesmos prazos da dívida original e taxas de juros de mercado, ou seja, TR mais 28% de juros reais ao mês. Pela fórmula do governo, os estados pagariam apenas a variação do IGP, mais juros de 6% ao ano. Apesar da enorme diferença, os partidos favoráveis à rolagem (PMDB, PRN e PDT) deverão aceitar a proposta do que são contra para evitar a radicalização em plenário e permitir um acordo em torno do ponto principal, ou seja, a rolagem da dívida bancária (US\$ 47 bilhões), num prazo de 20 anos.